

RTA-243-2016

Fundação Hospital Santa Lydia

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e
o Relatório dos Auditores Independentes**

Fundação Hospital Santa Lydia

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar
Jardim Botânico
Ribeirão Preto - SP - 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos Administradores da
Fundação Hospital Santa Lydia
Ribeirão Preto SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hospital Santa Lydia (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hospital Santa Lydia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Pedido de certificado de filantropia

Conforme nota explicativa 24, a Fundação protocolou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido de renovação do Certificado de Filantropia, sob alegação de ser a sucessora do Instituto Santa Lydia, e estar atendendo todos os requisitos de Entidade Beneficente de Assistência Social à Saúde. A Fundação obteve deferimento ao pedido de concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, válido a partir de 31 de dezembro de 2014. Contudo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não contemplam quaisquer ajustes que seriam requeridos para o caso de ser indeferido o pedido de enquadramento da Fundação como filantrópica, para os períodos anteriores, o qual ainda encontra-se em julgamento.

Operações sociais

Chamamos a atenção ao fato de que em 31 de dezembro de 2015, a Fundação apresenta capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. Esse assunto está mencionado pela Administração na nota explicativa 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ribeirão Preto SP, 15 de abril de 2016.

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.

CRC 2SP024067/O-6



Ricardo Aurélio Rissi

Contador CRC 1SP137183/O-8

Fundação Hospital Santa Lydia

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>		<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.396.913	488.428	Empréstimos e financiamentos	9	1.738.332	1.743.578
Contas a receber	5	4.648.886	4.867.286	Fornecedores e prestadores de serviços	10	4.486.486	7.204.924
Estoques	6	555.492	366.234	Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	3.119.111	5.017.398
Outros créditos	7	271.499	66.581	Provisão de férias e encargos		1.685.328	1.471.650
Despesas antecipadas		4.632	13.902	Outras obrigações	12	2.098.250	2.412.259
Total do ativo circulante		<u>7.877.422</u>	<u>5.802.431</u>	Total do passivo circulante		<u>13.127.507</u>	<u>17.849.809</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Depósitos judiciais	13	8.183	-	Empréstimos e financiamentos	9	3.075.977	4.771.073
Imobilizado	8	7.397.489	7.862.685	Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	1.357.934	368.011
Intangível		914	-	Outras obrigações	12	1.275.473	-
Total do ativo não circulante		<u>7.406.586</u>	<u>7.862.685</u>	Provisão para contingências	13	509.290	376.679
				Total do passivo não circulante		<u>6.218.674</u>	<u>5.515.763</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(11.710.870)	(9.443.083)
				Ajuste de avaliação patrimonial		4.948.064	5.193.774
				Reserva de doações		16.640	16.640
				Superávit (déficit) acumulado		2.683.993	(5.467.787)
				Total do patrimônio líquido	15	<u>(4.062.173)</u>	<u>(9.700.456)</u>
Total do ativo		<u>15.284.008</u>	<u>13.665.116</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>15.284.008</u>	<u>13.665.116</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional			
Serviços de saúde	16	49.549.923	43.915.817
Doações	17	90.788	28.987
		<u>49.640.711</u>	<u>43.944.804</u>
Custo dos serviços prestados	18	<u>(39.015.544)</u>	<u>(39.025.745)</u>
Superávit bruto		<u>10.625.167</u>	<u>4.919.059</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	19	(3.274.216)	(4.140.064)
Pessoal		(3.796.367)	(4.166.364)
Resultado financeiro líquido	20	(1.210.318)	(2.364.393)
Outras receitas		94.017	17.588
		<u>(8.186.884)</u>	<u>(10.653.233)</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>2.438.283</u></u>	<u><u>(5.734.174)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Reserva de doações</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2014	(6.774.048)	5.460.161	16.640	(2.669.035)	(3.966.282)
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(2.669.035)	-	-	2.669.035	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(266.387)	-	266.387	-
Déficit do exercício	-	-	-	(5.734.174)	(5.734.174)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(9.443.083)	5.193.774	16.640	(5.467.787)	(9.700.456)
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(5.467.787)	-	-	5.467.787	-
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	3.200.000	-	-	-	3.200.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(245.710)	-	245.710	-
Superávit do exercício	-	-	-	2.438.283	2.438.283
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(11.710.870)	4.948.064	16.640	2.683.993	(4.062.173)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	2.438.283	(5.734.174)
Ajustes:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	175.438	80.080
Depreciações	498.415	505.668
Provisão para contingências	132.611	103.048
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	42.962	(477.574)
Estoques	(189.258)	12.369
Impostos a recuperar	-	70.259
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(203.831)	429.739
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(2.718.438)	1.984.750
Salários, férias, encargos e contribuições a pagar	(694.686)	3.456.398
Outras obrigações	961.464	1.510.092
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>442.960</u>	<u>1.940.655</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(34.133)	(573.473)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(34.133)</u>	<u>(573.473)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações e liquidações líquidas dos empréstimos e financiamentos	(1.700.342)	(1.092.279)
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	3.200.000	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	<u>1.499.658</u>	<u>(1.092.279)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.908.485</u>	<u>274.903</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.396.913	488.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	488.428	213.525
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.908.485</u>	<u>274.903</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

1 Contexto operacional

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada em Ribeirão Preto SP, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constitui-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e suplementarmente à iniciativa privada. Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, dos direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

Na Escritura Pública de Doação consta que o Instituto Santa Lydia doa bens imóveis (terrenos e edificações) e bens móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos próprios para a Fundação, conforme Laudo de Avaliação feito por peritos independentes, datado de 1º de janeiro de 2010. Sobre esses bens recai penhora em execuções ajuizadas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – Daerp, e declara que com relação aos imóveis não existe nem nunca existiram quaisquer contratos escritos ou verbais ou negociações de espécie alguma, firmados com pessoa física ou jurídica, que possam caracterizar e definir ele outorgante doador como produtor rural da categoria de “segurados especiais” da previdência social, quer seja, como parceira proprietária, meeira, em parceria ou meação, ou em qualquer outra categoria rural. Consta ainda, que a Fundação será sucessora de todas as obrigações passivas do Instituto Santa Lydia e que ocorra a comunicação da sucessão do Instituto pela Fundação em todos os processos judiciais existentes

ou futuros e que se permita à diretoria do Instituto, que também proceda tal comunicação, que a sucessão pela Fundação se dá com o vínculo dos bens doados para pagamentos dos valores sucedidos, incluindo o patrimônio doado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação continua apresentando capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo, mas comparado aos resultados dos exercícios anteriores é possível observar uma reversão significativa da situação patrimonial e financeira, demonstrando uma tendência de equilíbrio e fortalecimento da instituição. O compromisso da administração da interventora é de continuar a implantação de ações que resultem na melhoria dos resultados objetivando a continuidade normal e racional das operações da Fundação.

No exercício de 2014, através do processo de nº 1038008-78.2014.8.26.0506 a Fundação é ré em ação civil pública com pedido de intervenção, cumulada com pedido alternativo de extinção de Fundação. Em 18/11/2014 o processo requerido acarretou na suspensão de todos os diretores e nomeação da comissão interventora da Fundação. Em 19/11/2014 ocorreu a suspensão dos membros do Conselho Curador, bem como do Superintendente da época. A Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública nomeou a Comissão Mista de Administração, com a função de novos administradores da Fundação, com plenos poderes de gerência (supervisionar, administrar e promover as medidas pertinentes como auditoria para apurar as causas do déficit financeiro). Em 24/11/2014 a Comissão Mista de Administração e Intervenção assumiu a direção da Fundação, pelo mandato judicial acima descrito, intervenção essa que continuou no ano de 2015.

A Administração da Fundação traçou algumas medidas que fazem parte do plano de ação, e que já logrou os objetivos em 2015, que são:

- Priorização dos contratos com SUS na oferta de serviços da Fundação, com ampliação de 21 novos leitos SUS.
- Elaborado e implantado o processo de seleção para contratação de empregados efetivos da Fundação onde foram considerados os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Os repasses dos recursos advindos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto iniciaram-se em setembro de 2015 e os pagamentos das dívidas acumuladas entre 2011 a 2014 junto aos fornecedores e prestadores de serviços da Fundação estão sendo quitadas conforme as regras determinadas nos Chamamentos Públicos nº 001 e 002 de 2015 e 003 de 2016.

- No ano de 2015 foi implantada a gestão de fluxo de caixa e adequação dos desembolsos financeiros da Fundação que permitiu alcançarmos o equilíbrio financeiro operacional.
- Implantação de Orçamento e controles de sua execução anual;
- Iniciada a implantação da área de controles internos (controladoria) no âmbito da Fundação; e
- Iniciado a implantação da área de gestão de contratos (acompanhamento, controle e avaliação);

Em 14 de abril de 2015 foi protocolado junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, o compromisso de aporte de capital além de medidas de negociação pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto com os credores, onde até dezembro de 2015 o valor repassado foi de R\$3.200.000,00 do total de R\$ 10.200.000,00 previstos na Lei Municipal nº 13.527 de 03 de junho de 2015.

Nesse período, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, se propõe a acompanhar os novos gestores, para que ações, como por exemplo, a busca de novas receitas, se efetivem e melhorem a condição financeira da Fundação. Ao final do sexto repasse de R\$ 800.000, a Prefeitura se propõe a discutir novamente a situação econômico financeira da Fundação e promover reajustes no repasse ou não, se for o consenso de ambas as partes, até a totalização do passivo.

Até o encerramento do exercício de 2015 foram aportados o montante de R\$3.200 mil.

Para o ano de 2016, a Interventora Judicial junto com a equipe administrativa da Fundação determinou as seguintes metas para:

- Implantação da revisão do organograma da Fundação com a descrição de cargos, políticas de remuneração compondo cargos em comissão (livre provimentos), efetivos (contrato por tempo indeterminado), temporários (contratos por tempo determinado) e cedidos (pelo poder público) compondo o quadro de empregos da instituição.
- Aprovação do novo estatuto e regimento interno da Fundação pelo Ministério Público e Poder Judiciário, visando a melhoria da estrutura de governança da instituição.
- Continuação de negociação do passivo referente aos anos de 2011 e 2014 junto aos fornecedores da instituição.
- Cumprimento dos pagamentos já negociados nos Termos de Adesão considerando os Editais já publicados.

- Iniciar a aquisição de equipamentos médicos para renovação do parque tecnológico da instituição com objetivo de garantir qualidade no atendimento dos pacientes assistidos e ampliar a oferta de serviços aos nossos clientes, dando prioridade as UTI's , ampliação de leitos e centro cirúrgico.
- Implantação de Leitos Psiquiátricos em parceria com diversas instituições e Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo com objetivo de atender demanda reprimida dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Iniciar a implantação do sistema de custos da Fundação com objetivo de gerar informações consistentes e confiáveis para as tomadas de decisões da diretoria.
- Iniciar o processo de implantação do novo sistema gerencial do departamento pessoal.
- Ampliar as atividades da Comissão de Controle Interno.
- Aprimoramento constante dos processos de compra afim de otimizar a utilização dos recursos utilizados nas aquisições dos insumos e contratação de serviços necessários para o bom funcionamento da instituição conforme previsto no regulamento de compras que será proposto para aprovação junto aos órgãos necessários.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Comissão Mista de Administração em 15 de abril de 2016.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

c **Moeda de apresentação e funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação:

a Instrumentos financeiros

a.1 Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Fundação possui aplicações financeiras (nota 4) e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a.2 Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Fundação possui fornecedores e prestadores de serviços e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

b Caixa e bancos

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curtíssimo prazo da Fundação.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante

risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ponderado.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescido de ajuste de avaliação patrimonial e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

h Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

i Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

j Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

l Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

m Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído pela avaliação dos bens de uso do ativo imobilizado pelo valor justo. A realização dos ajustes de avaliação patrimonial ocorre basicamente pela depreciação, baixa ou alienação dos bens avaliados e registrada diretamente na conta de déficit acumulado.

n Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

o Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

p Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	9.888	13.730
Bancos conta movimento	1.146.936	130.793
Aplicações financeiras (i)	<u>1.240.089</u>	<u>343.905</u>
	<u>2.396.913</u>	<u>488.428</u>

- (i) Refere-se a fundos de investimento. Referida aplicação pode ser resgatada de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5 Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Convênios	1.749.971	1.416.552
Outros créditos a receber (i)	1.877.050	2.587.401
Sistema Único de Saúde – SUS	1.195.103	941.213
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(173.238)</u>	<u>(77.880)</u>
	<u>4.648.886</u>	<u>4.867.286</u>

- (i) Trata-se substancialmente de valores a receber de serviços prestados pela Fundação para a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, recebidos em período subsequente.
- (ii) Refere-se a estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

6 Estoques

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Medicamentos	201.174	147.469
Almoxarifado (i)	354.318	218.765
	<u>555.492</u>	<u>366.234</u>

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7 Outros créditos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cheques devolvidos	2.200	2.200
Cheques pré-datados	-	8.240
Cartões de crédito	88.177	34.857
Créditos a receber	530	-
Adiantamentos diversos	182.792	23.484
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.200)	(2.200)
	<u>271.499</u>	<u>66.581</u>

8 Imobilizado

			<u>2015</u>	<u>2014</u>	
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico + AAP	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.487.333	(853.069)	4.634.264	4.810.754
Máquinas e equipamentos	6,67 a 100%	1.884.722	(1.405.709)	479.013	609.267
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	770.043	(440.423)	329.620	399.050
Equipamentos de informática	25 a 100%	489.253	(331.034)	158.219	236.512
Equipamentos hospitalares	20%	209.743	(53.860)	155.883	166.612
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
		<u>10.525.790</u>	<u>(3.128.301)</u>	<u>7.397.489</u>	<u>7.862.685</u>

a Movimentação do custo histórico + AAP

	<u>1º/1/2014</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Aquisições</u>	<u>31/12/2015</u>
Terrenos	1.640.490	25.352	(25.352)	1.640.490	-	1.640.490
Edificações	5.286.083	18.192	177.058	5.481.333	6.000	5.487.333
Máquinas e equipamentos	1.792.913	81.243	(950)	1.873.206	11.516	1.884.722
Móveis e utensílios	690.058	73.278	950	764.286	5.757	770.043
Equipamentos de informática	344.406	144.847	-	489.253	-	489.253
Equipamentos hospitalares	108.597	91.200	-	199.797	9.946	209.743
Veículos	44.206	-	-	44.206	-	44.206
Obras em andamento	12.345	139.361	(151.706)	-	-	-
	<u>9.919.098</u>	<u>573.473</u>	<u>-</u>	<u>10.492.571</u>	<u>33.219</u>	<u>10.525.790</u>

b Movimentação da depreciação

	<u>1º/1/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2015</u>
Edificações	(494.344)	(176.235)	(670.579)	(182.490)	(853.069)
Máquinas e equipamentos	(1.096.628)	(167.311)	(1.263.939)	(141.770)	(1.405.709)
Móveis e utensílios	(291.457)	(73.779)	(365.236)	(75.187)	(440.423)
Equipamentos de informática	(178.504)	(74.237)	(252.741)	(78.293)	(331.034)
Equipamentos hospitalares	(19.079)	(14.106)	(33.185)	(20.675)	(53.860)
Veículos	(44.206)	-	(44.206)	-	(44.206)
	<u>(2.124.218)</u>	<u>(505.668)</u>	<u>(2.629.886)</u>	<u>(498.415)</u>	<u>(3.128.301)</u>

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

A Administração da Fundação revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

9 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Taxas	Garantias	2015			2014		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Conta garantida	Jan/15	9,99% a. m.	Avais	-	-	-	215.980	-	215.980
Capital de giro	Jan/19	1,20% a 1,08% a. m. + TR	Cessão de direitos/ penhora + avais	2.413.713	3.589.959	6.003.672	2.469.361	5.944.692	8.414.053
BNDES	Mai/17	0,86% a. m.	Avais	22.656	8.832	31.488	20.751	25.930	46.681
(-) Juros a incorrer				(698.037)	(522.814)	(1.220.851)	(962.514)	(1.199.549)	(2.162.063)
				1.738.332	3.075.977	4.814.309,00	1.743.578	4.771.073	6.514.651

10 Fornecedores e prestadores de serviços

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	1.267.303	2.492.474
Honorários médicos – Pessoa física	13.054	28.937
Honorários médicos – Pessoa jurídica	<u>3.206.129</u>	<u>4.683.513</u>
	<u>4.486.486</u>	<u>7.204.924</u>

11 Salários, encargos sociais e contribuições

	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Salários a pagar	969.558	-	969.558	986.181	-	986.181
Pensão alimentícia a pagar	993	-	993	1.096	-	1.096
Contribuição sindical	38.037	-	38.037	36.917	-	36.917
INSS empregados (i)	213.937	-	213.937	797.165	-	797.165
PIS	-	-	-	63.694	-	63.694
FGTS – Empregados (i)	1.066.616	-	1.066.616	1.549.491	-	1.549.491
FGTS a recolher (ii)	9.739	168.284	178.023	38.103	168.283	206.386
INSS a recolher (iii)	330.543	503.324	833.867	353.347	199.728	553.075
INSS sobre nota fiscal	-	-	-	12.372	-	12.372
IRRF a recolher (i)	112.154	-	112.154	435.832	-	435.832
COFINS/PIS (i)	153.312	-	153.312	740.985	-	740.985
Parcelamento de tributos (iv)	222.592	686.326	908.918	-	-	-
ISS	1.630	-	1.630	2.215	-	2.215
	<u>3.119.111</u>	<u>1.357.934</u>	<u>4.477.045</u>	<u>5.017.398</u>	<u>368.011</u>	<u>5.385.409</u>

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos em aberto desde o exercício de 2014, e estão devidamente atualizados até 31 de dezembro de 2015. Em período subsequente houve o pagamento do referidos impostos em aproximadamente R\$ 545 mil.
- (ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 160 parcelas, com vencimento final em 22/5/2020. O encargo social é relativo ao período de 10/2003 a 7/2006. A Fundação, sucessora do Instituto, espera renegociar o parcelamento.

(iii) Saldo de parcelamento com o Ministério da Previdência Social em até 60 parcelas (4 parcelamentos ao todo), com vencimento final em 30/6/2020. O encargo social é relativo ao período de 2/2013 a 8/2014, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2015.

(iv) Trata-se de saldo de parcelamento de IRRF (assalariados e terceiros), PIS sobre folha de pagamento e Pis, Cofins e CSLL sobre terceiros em até 60 parcelas com vencimento final em 29/01/2020.

12 Outras obrigações

	2015		2014
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>
Energia elétrica	-	-	317.708
Água e esgoto (i)	458.435	-	1.809.633
Plano de saúde - empregados	-	-	22.138
Acordos a pagar	15.000	-	194.488
Empréstimo consignado	89.857	-	46.483
Outros valores a pagar	4.445	-	21.809
Parcelamentos fornecedores de bens e serviços (ii)	1.127.585	-	-
Parcelamento energia elétrica (iii)	295.000	316.795	-
Parcelamento de água e esgoto (iv)	107.928	958.678	-
	<u>2.098.250</u>	<u>1.275.473</u>	<u>2.412.259</u>

(i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.

(ii) Trata-se de uma ação do Plano de Recuperação Econômico-financeira, que consiste em um regime de renegociação e parcelamento dos débitos vencidos da Fundação Hospital Santa Lydia com seus fornecedores de bens e serviços.

(iii) Conforme o Termo de Confissão de Dívida e renegociação de débito moratória Nº 20000000779 da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e a Fundação Santa Lydia, foi acordado o pagamento da dívida no valor de R\$ 719.779 (setecentos e dezenove mil setecentos e setenta e nove reais) dividida em 26 parcelas.

(iv) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da Daerp (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014.

A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.

13 Provisão para contingências

A Fundação, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos civis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Comissão Mista de Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 509.290 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 376.679 em 2014), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. Não há depósitos judiciais para as ações em andamento.

a Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão contingência</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2014	93.544	273.631
Diminuição	(93.544)	-
Aumento	-	103.048
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	376.679
Diminuição	-	(37.582)
Aumento	8.183	170.193
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.183	509.290

14 Passivos contingentes

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza civil e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 2.084.905. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

15 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Representado pela subscrição da dotação inicial no valor de R\$ 5.000.000 autorizada pela Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria da Saúde de Ribeirão Preto SP, pelos aportes conforme lei 13.527/2019, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.

b Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.

c Superávit acumulados

Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

16 Serviços hospitalares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Particulares	1.835.920	2.078.836
SUS (i)	12.726.554	11.375.725
Convênios (ii)	11.571.003	11.666.756
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	<u>23.416.446</u>	<u>18.794.500</u>
	<u>49.549.923</u>	<u>43.915.817</u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

17 Subvenções e doações

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	<u>90.788</u>	<u>28.987</u>
	<u>90.788</u>	<u>28.987</u>

18 Custos dos serviços prestados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços médicos pessoa física e jurídica	18.339.505	18.834.880
Custos de pessoal	15.308.823	13.166.754
Serviços de autônomos	90.588	72.102
Serviços de empresas	991.708	1.466.043
Medicamentos	1.127.711	1.298.492
Materiais de enfermagem	1.127.663	1.152.819
Materiais de laboratório	667.447	1.496.565
Órteses e próteses	291.960	469.820
Material de escritório	97.000	94.464
Gêneros alimentícios	746.992	705.467
Material de lavanderia, costura e roupas	54.292	61.653
Material de limpeza	170.092	206.356
Outros custos	1.763	330
	<u>39.015.544</u>	<u>39.025.745</u>

19 Despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Materiais em geral	(547.191)	(535.638)
Impostos, taxas e contribuições	(327.082)	(162.104)
Alugueis	(111.027)	(198.656)
Energia elétrica	(588.893)	(459.957)
Água e esgoto	(200.888)	(582.652)
Conservação e manutenção	(204.639)	(353.771)
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(175.438)	(80.080)
Despesa com depreciação	(498.416)	(506.168)
Provisão para contingências	(170.193)	(381.079)
Diversas	(450.449)	(879.959)
	<u>(3.274.216)</u>	<u>(4.140.064)</u>

20 Resultado financeiro líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	457.826	7.824
Rendimentos sobre aplicação financeira	119.472	75.612
	<u>577.298</u>	<u>83.436</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(119.504)	(94.520)
Juros passivos	(1.566.377)	(2.188.763)
Despesas bancárias	(101.735)	(164.546)
	<u>(1.787.616)</u>	<u>(2.447.829)</u>
	<u>(1.210.318)</u>	<u>(2.364.393)</u>

21 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de competência	Autônomos		Assalariados	
	Remuneração paga	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	2.172	434	1.325.786	381.826
Fevereiro	2.172	434	1.267.596	365.068
Março	7.172	1.434	1.276.772	367.710
Abril	7.946	1.589	1.382.079	398.039
Maio	10.282	2.056	1.312.002	377.857
Junho	8.047	1.609	1.328.156	382.509
Julho	9.100	1.820	1.306.255	376.201
Agosto	9.100	1.820	1.310.627	377.461
Setembro	10.153	2.031	1.324.796	381.541
Outubro	11.860	2.372	1.360.343	391.779
Novembro	8.047	1.609	1.421.646	409.434
Dezembro	8.047	1.609	1.361.072	391.989
13º salário	-	-	1.194.403	343.988
	<u>94.098</u>	<u>18.817</u>	<u>17.171.533</u>	<u>4.945.402</u>

22 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as fundações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

23 Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de cinco membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período. Sendo três membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, e um membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à Fundação. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado

pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

Contudo, em novembro de 2014, pela ação civil pública, a Fundação sofreu intervenção judicial a pedido do Curador de Fundações, com pedido alternativo de extinção da Fundação, em razão disto, a presente ação civil pública, propõe: decretação de intervenção judicial na Fundação, com a suspensão de todos os direitos que atualmente exercem a gerência, pelo prazo prorrogável de até seis meses; nomeação de interventor da confiança do juízo; contratação de administrador para a Fundação; autorização para que o interventor pratique todos os atos necessários ao saneamento da Fundação, mediante o acompanhamento do Ministério Público, dentre outras medidas investigativas da causa do déficit; e sendo viável a sua manutenção, que seja implementada medidas saneadoras. Portanto, enquanto durar o processo de intervenção, ficam suspensas as funções do Conselho Curador e Fiscal, e da Diretoria Executiva.

24 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68.

Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices

na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Por fim, mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

25 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco no exercício.

26 Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***